



INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DENTRE O ENSINO REGULAR E A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA A ATUAÇÃO NESTE CONTEXTO

ARTIGO ORIGINAL

PACHEVITCH, Sibeli¹, LIMA, Edina Alves de², MARTINIAK, Vera Lucia³

PACHEVITCH, Sibeli. LIMA, Edina Alves de. MARTINIAK, Vera Lucia. **Inclusão escolar e a educação inclusiva dentre o ensino regular e a formação inicial docente para a atuação neste contexto.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 04, pp. 05-21. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-inicialdocente> , DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-inicial-docente

RESUMO

Este texto compõe-se em reflexões acerca da inclusão escolar e a Educação Inclusiva, buscando manifestar o entendimento que cada uma apresenta, sem dissociá-las uma da outra. Argumenta-se aqui acerca da inclusão social, que busca atender a todos os sujeitos por meio de leis e debates públicos, para uma sociedade justa a todos e, assim, também ocorre a inclusão escolar que é o atendimento de todos os alunos na escola, sem distinção dos sujeitos por qualquer característica, física e/ou intelectual, cultural, religiosa ou étnica. Destaca-se ainda a questão da formação docente inicial, relacionando a inclusão escolar e a Educação Inclusiva para atuar no contexto do ensino regular da Educação Básica. A representatividade da escola inclusiva é de ampliar as condições de acesso, permanência e aprendizado dos estudantes, independentemente de sua condição ou singularidade específica, mantendo o foco na aprendizagem, no planejamento, nos métodos e didáticas que possam fomentar o trabalho colaborativo no espaço escolar. Considerando que o aluno público-alvo da Educação Especial, não é somente do professor de apoio ou de Sala de recursos Multifuncionais, mas, de toda escola, portanto igualdade e equidade são pressupostas básicos de direito que diariamente devem ser revistos nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Educação inclusiva, Formação inicial docente.



1. INTRODUÇÃO

Esta proposta de revisão bibliográfica aborda sobre o tema da inclusão escolar, compreendendo que a educação busca atender, através do trabalho colaborativo, todos os alunos que fazem parte dela, a inclusão escolar configura-se em um atendimento a todos os sujeitos do processo de ensino aprendizagem, independente da sua cultura, crença, cor, posição social, habilidades físicas, motoras e psíquicas, entre outras.

Neste contexto da inclusão escolar, quando relacionamos a educação inclusiva, primeiramente pensa-se em uma educação especial, qualificada, ou seja, remete-se ao pensamento de que existem escolas públicas e privadas direcionadas somente a Educação Especial como sendo de educação inclusiva, não compreendendo que, tanto as escolas públicas e privadas do ensino regular, também atendem ao público da Educação Especial. Por isso é preciso uma melhor compreensão em relação a inclusão nos espaços escolares, uma vez que nesses espaços, o atendimento é para todos os alunos, em meio às suas particularidades e aspirações.

Entende-se, desta forma, que a educação inclusiva, encontra-se em todas as esferas institucionais de ensino para atender a todos os sujeitos que delas têm direito, em todas as fases da Educação Básica de ensino regular, uma vez que a escola “deverá acolher a todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais, linguísticas e culturais” (VERÍSSIMO, 2021, p. 13).

E neste sentido, busca-se também compreender a questão da formação inicial docente em relação inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva, visto que, durante toda a atuação docente em um ambiente de ensino escolar, ele atenderá a uma diversidade de alunos, com facilidades e dificuldades de aprendizagens, com problemas particulares externos à escola, com diversas culturas, gênero, sonhos, etc., mas, que podem interferir na aquisição do seu aprendizado e, em meio às essas condições, encontram-se os alunos incluídos da Educação Especial que têm todo o direito, como previsto em lei, de frequentar o ensino regular para um aprender coletivo.



Assim, o texto procura uma melhor percepção em relação à inclusão escolar, bem como a educação inclusiva dos alunos especiais no prisma da formação docente inicial para a atuação nesses aspectos.

Esses apontamentos levaram a uma compreensão de que é preciso uma formação docente na perspectiva da inclusão desde o primeiro ano dos cursos de Licenciatura, com articulação nas etapas de estágio supervisionado, das iniciações científicas, debates e articulação entre o profissional o aluno público-alvo da especial.

Assim, dentro de uma consciência do ser professor, com intencionalidades e comprometimento com sua atuação, logo:

Para ser professor é necessário: “ter uma concepção de educação; ter uma formação política, ética, isto é, ter compromisso; respeitar as diferenças; ter uma formação continuada; ser tolerante diante de atitudes, posturas e conhecimentos diferentes; preparar-se para o erro e a incerteza; ter autonomia didático pedagógica; ter domínio do saber específico que leciona; ser reflexivo e crítico; saber relacionar-se com os alunos; ter uma formação geral, polivalente e transversal”. Enfim... fazer da profissão um projeto de vida. (GADOTTI, 2003, p. 39).

Ou seja, mesmo com as diversas dificuldades na sua formação inicial, o docente, ciente do seu papel de formador de sujeitos críticos, cidadãos e modificadores do seu meio, procura trabalhar da melhor maneira possível com seus alunos, buscando na formação continuada, uma aporte que supra a falta da formação inicial e que possibilita a ele – mediante reflexões do fazer docente – realizar estratégias pedagógicas metodológicas de forma diversificadas, em meio a procedimentos que possam atingir a todos os seus alunos, em um processo de aprendizagem que permitam diagnósticos, aplicações práticas, avaliações e reformulações do processo pedagógico para que o melhor resultado aconteça, ou seja, o aprender do aluno.

2. INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão escolar sob o olhar da Educação Inclusiva é parte de um modelo de inclusão social em que se atende a todos os sujeitos de maneira integral para que



esses, façam parte da sociedade de modo completo. Essa inclusão social precisa acontecer nos espaços pertinentes a todos os cidadãos, ou seja, é uma ação em que a sociedade precisa se adaptar para a inclusão em todas as esferas sociais (SASSAKI, 1997, p. 40), visto que esta inclusão social também se encontra prevista em lei.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2020, p. 18).

Assim, a inclusão social busca, de maneira geral, a inserção de todos os indivíduos da sociedade e, neste ensejo, procurando atender, em especial, aquelas pessoas que há muito tempo foram excluídas de participarem do convívio comum. E, compreender assim, que a sociedade que não atende a todos os seus membros que dela fazem parte, não é uma sociedade de fato, inclusiva.

O processo de inclusão deve atender a todos os sujeitos, favorecendo a participação no meio social em que estão inseridas, dentro das características de cada um, como: suas origens, culturas, ideologias, etnias, cor, classe econômica, e outras. No campo educacional este processo de atendimento a todas as pessoas, dentro das suas distinções, se configura como educação Inclusiva/Inclusão escolar, advindo que uma constituição de escola que também vem marcada pela exclusão.

Logo, a questão de uma educação inclusiva foi muito almejada e debatida em diversos encontros como a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO (BRASIL, 1997, p. 17), que resultou na criação de leis e, principalmente, a consciência de todos que é preciso atender a esses grupos para incluí-los nos meios educacionais, de forma igualitária, em que todos têm direito, dado que, “se desejarmos uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual todos possam ter possibilidades de vida digna, temos de fazer da inclusão social uma realidade”. (BARTALOTTI, 2006)



No decorrer da história, como Oliveira (2018) destaca, a Educação Inclusiva se tornou um paradigma que buscou, e ainda busca, colocar como parte de um mesmo grupo aquelas crianças, jovens ou adultos que têm problemas gerados por deficiência ou que sejam vítimas de marginalização de sua raça ou etnia, procurando inseri-los ao meio social. Por anos a exclusão aconteceu de maneira a discriminar essas classes específicas de pessoas, acarretando a separação delas da vivência no coletivo e, na falta de oportunidades, que resultava no impedimento ao direito de uma vida humana plena. Nas instituições de ensino esses movimentos segregativos também aconteceram, ocasionando as exclusões que muito se tenta combater.

Indivíduos negros, índios, pobres, pessoas que não atendem aos padrões de beleza impostos tendem a ser colocados a margem, e no caso de crianças na fase inicial de escolaridade, muitas são rotuladas como incapazes, e tem interrompido seu processo de desenvolvimento, pois já lhes foi incutido que está fadada ao fracasso. (OLIVEIRA, 2018, s/p.).

Essa classificação, diferenciação, produzida pelas sociedades está presente, na sociedade como igualmente nos espaços escolares, o que leva a necessidade de mais reflexões para um nível de comprometimento de todos para a eliminação da exclusão, sensibilizando e conscientizando a sociedade em geral, para levar a erradicação de toda e qualquer segregação dos sujeitos nos espaços escolares, refletindo esses espaços: “[...] como lugar de todos e para todos, configurando um projeto inclusivo de educação consubstanciado na diferença, [...]. Verdadeira escola de inclusão para TODOS! (MANTOAN, 2017, p. 41).”

Todo ser humano é singular e sua formação humana se dá pelas consequências das construções históricas em que ele se encontra e das relações no seu meio social e, desta forma, ele atua nos diferentes contextos que participa e compreende. (REFERENCIAL CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, 2020, p. 498), e essa singularidade em meio ao universal precisa ser respeitada em todos os aspectos da sociedade.

A inclusão precisa estar presente no processo de ensino escolar como enfatizado, uma vez que é o papel da escola é formar o aluno a partir das construções históricas



do mundo, levando para ele a consciência de quem ele é, de que faz parte do seu meio e que possui todo o direito de usufruir e modificar este [meio], de modo crítico, interativo e, principalmente, de forma participativa.

No âmbito escolar, mesmo não acontecendo a inclusão total na sua organização como aspirado, ele se encontra dentro das mudanças coletivas que se encaminham para a eliminação da exclusão social e educacional, em que coloca a educação inclusiva na perspectiva da educação especial, para atender a todos, num projeto de uma escola nacional e pública.

Visto que a escola tem sua função social de formação do sujeito enquanto cidadão, ela é incumbida de englobar no seu interior todos os sujeitos que desta tem direito, independente das suas capacidades motoras, cognitivas, econômicas, culturais etc.

Assim como para Oliveira (2018) a educação inclusiva deve acontecer para todos, respeitando, primeiramente, todas as diversidades de dentro da escola e claro, da sala de aula, procurando realizar a prática pedagógica de aprendizagem para todos os alunos, no que cerne as suas peculiaridades, para a promoção do seu desenvolvimento e evolução cognitiva e motora, social, cultural e humana em todos os seus aspectos.

A temática da inclusão escolar, em seus diferentes conceitos, ainda resulta em incertezas quanto sua verdadeira implementação dentro da escola e, às vezes, ainda segue em uma não inclusão, por divergências em relação ao seu entendimento e objetivo dentro da escola. Em muitos diálogos, quando se fala sobre este tema, existe a ideia de julgamento, de que a inclusão escolar está ligada somente ao atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência física, intelectual, auditiva, visual, motora, ou com transtornos globais, diferenciando esses sujeitos dos ditos “normais”, segregando dentro da própria escola.

Desta forma, essa “inclusão” acaba por resultar, como coloca Mantoan (2003), na integração escolar, ou seja, uma separação dentro de uma incorporação. “Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas



turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. (MANTOAN, 2003, p. 15). Logo, essa separação leva ao atendimento exclusivo dos alunos com necessidades especiais, nas turmas de atendimento especial, isto é, um atendimento especializado que resulta em uma exclusão, mesmo o aluno estando dentro da escola no ensino regular, ele não está totalmente incluído na escola.

Em relação à inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva, novamente reporta-se a autora que compreende no conceito de integração e relaciona: “Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. (MANTOAN, 2003, p. 16). Logo, é preciso ter um melhor entendimento em relação à verdadeira inclusão escolar no que compete a sua efetivação de atendimento a todos para a extinção da segregação escolar.

Para um melhor discernimento sobre esta questão, compreende-se em Mantoan onde explicita, em seus diversos escritos (2008, 2003, 2017), sobre o conceito em relação ao tema inclusão, compreendendo que:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (MANTOAN, 2008, p. 65).

Desta forma, fica plausível de compreensão que a inclusão escolar não é tão somente sobre educar um determinado grupo de sujeitos separadamente – uma educação especial, mas sim, um educar coletivo, de todos aqueles que têm o direito de frequentar a escola, independente das suas condições pessoais; conduzindo as instituições de ensino a se organizarem de uma maneira a atender a essa totalidade, não só na questão estrutural, mas, em meio a todas as ações pedagógicas, “implicando uma transformação das escolas para atender às necessidades educacionais de todos os alunos e não apenas de alguns deles [...]” (MANTOAN, 2002, p. 70).



Desta forma, uma educação inclusiva busca atender o que está posto em lei, como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, em que dispõe que a educação é dever do Estado e da família, que precisa acontecer por meio da colaboração da sociedade na promoção de uma educação a todos, que favoreça a promoção pessoal, obtendo a cidadania e a possibilidade de transformação de si e do seu meio através dos seus conhecimentos adquiridos. Em relação aos Objetivos Fundamentais, da Constituição, no artigo 5^a, a norma diz que é preciso propiciar o bem de todos sem a distinção de cor, raça, etnia, idade etc., eximindo o preconceito de qualquer natureza (BRASIL, 2020, Artº 5).

Deste modo, compreendemos, mais uma vez, que a escola como um agente de formação e transformação do sujeito para a vida em sociedade, deve atender a todos os seus educandos, como referenciado diversas vezes nesse escrito, favorecendo meios de apropriação dos conhecimentos científicos através de diversas metodologias e práticas pedagógicas, mas que levem em conta as características de cada um, independente das condições que apresentam, concretizando o objetivo principal da escola que é a formação integral para a cidadania.

Em razão disso, em muitos debates, é essa condição que fica posto como se fosse a única inclusão escolar a acontecer, levando muitas organizações de ensino a direcionarem o processo de ensino aprendizagem de maneira segregada para os alunos público-alvo da educação Especial – em meio a educação inclusiva excludente e discriminatória, não priorizando, na maioria das vezes, um dos pontos principais da inclusão escolar que é o convívio com as multiplicidades, com as distinções, uma vez que “a escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença.” (MANTOAN, 2018).

Inserir o estudante com alguma necessidade especial dentro da escola ou dentro da sala de aula comum no ensino regular somente para cumprir demandas externas – técnicas e burocráticas, não configura na inclusão escolar, mesmo compreendendo que ainda é preciso muitos debates e trabalho para essa concretização. “A inclusão dessas crianças em classes regulares tem se mostrado como um desafio à



comunidade escolar, à família e aos serviços de saúde.” (MELLO, 2009, p. 122), visto que a verdadeira inclusão visa a aprendizagem do aluno especial, junto dos seus pares, em ações de compartilhamentos e troca de experiências entre todos, necessitando assim, de um olhar e uma atenção mais específica com esses sujeitos.

É preciso, além das políticas educacionais para atender a esse público, um movimento paralelo dentro das instituições escolares que busque realmente um ensino para todos.

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. (MANTOAN, 2003, p. 20).

E, nesta lógica de um ensino para todos, a aprendizagem do aluno deverá acontecer incorporada à intencionalidade e compromisso do professor, promovendo diversos meios para a aquisição dos conhecimentos específicos a ele oferecidos, mas, sabendo também, como coloca Sforzi (2015), que cada sujeito aprende e apreende de maneira particular, mesmo havendo semelhanças com seus pares de convivência na sala de aula (SFORZI, 2015, p. 383).

Pensar na inclusão escolar requer análises sobre quem são os frequentadores, o público da escola, buscando diversas formas de propiciar uma educação de qualidade para as clientela que nas escolas convivem, levando a um ensino dinâmico que não alcance somente alguns e deixe outros de lado, os que têm as dificuldades de aprendizagens advindas de diversos fatores, como por exemplo, alguma necessidade física e/ou cognitiva, ou dificuldade de aprendizagens por conta de adversidades exteriores aos portões escolares, e assim por diante.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. (BRASIL, 2008).

Na LDB, no Cap. V – Da Educação Especial, no seu Art. 58º, expressa como



“modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para todos os educandos com deficiência, transtornos globais e de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 2020, p. 40). Logo, as especificidades então englobadas no modelo de inclusão escolar para atender inteiramente o corpo discente, ao mesmo tempo que não deve segregar o processo de ensino em um modelo pré-determinado e engessado, que não consiga atender as necessidades de todos de maneira singular e em conjunto.

Desta forma, a escola tem sobre si a responsabilidade da inclusão, uma vez que esta, diz respeito a valorizar as diferenças e oportunizar políticas de inclusão a fim da garantia da participação de todos os seus pares. (OLIVEIRA, 2018).

Uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia-a-dia, nas nossas rotinas de trabalho. Somos, certamente, bem pouco sinceros com nós mesmos, com a comunidade escolar, com os pais e com os nossos alunos, principalmente! (MANTOAN, 2003 p, 26).

Uma educação alicerçada na inclusão, na perspectiva da educação inclusiva, não deve considerar que o aluno com algum tipo de necessidade especial precisa se adequar as práticas pedagógicas ocorridas em sala de aula, muito pelo contrário, precisam-se ações pedagógicas que visem a participação do aluno especial, em todos os sentidos, fazendo com que ele seja desafiado, dentro das suas limitações, podendo interagir com seus pares e na relação professor-aluno, para a construção e aquisição dos conhecimentos a ele ofertado concreta e significativamente.

Sendo o aluno o mais importante e significativo recurso existente nas salas de aula, quanto mais diversas forem suas características e manifestações, tanto mais os processos educativos vão se aprimorando como consequência da diversidade de capacidades, interesses, ritmos e estilos de aprendizagem que os alunos e alunas manifestam. (BRASIL, 2005, p. 32).

E mais, o papel da escola, neste sentido, é o de combater o preconceito em ações que promovam o respeito, que ensinem que a convivência e aprendizagem precisa acontecer entre todos, com todos, considerando que são diferentes em diversos aspectos, mas que podem, da mesma forma, aprender e apreender, bem como,



compartilhar ensinamentos na sala de aula, com atitudes de solidariedade, de auxílio, de amizade, troca de experiências, entre outras ações promovidas e mediadas pelos professores ali presente, tanto o regente como o professor especializado, sabendo que a inclusão vem para modificar as maneiras e práticas sociais, possibilitando novas oportunidades a todos, dentro e fora da escola (MANTOAN, 2017, p. 39).

2. A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E A ATUAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

A formação inicial docente engloba a aquisição de diversos conhecimentos científicos atrelados às teorias (conceitos) e práticas (estágios), que formam o profissional da educação para a sua atuação no âmbito escolar e também nos espaços fora da escola que necessitam de um atendimento pedagógico, sendo na educação formal e informal. Esses conhecimentos auxiliam o futuro docente na sua atuação como um profissional da educação, o qual desenvolverá seu trabalho com diversos tipos de sujeitos, de diversas idades e capacidades para a sua formação educacional por meio do processo de ensino aprendizagem.

Compreende-se que o processo de obtenção de conhecimento por parte do professor na formação inicial, acontece para que ele possa exercer seu ofício nas diversas áreas da educação do ensino escolar. Neste sentido, é conhecido que o tema da inclusão escolar e educação inclusiva estão presentes no currículo para a formação inicial docente dentro de algumas disciplinas específicas da sua formação acadêmica.

Compreende-se assim, que esta constituição habilita o professor a trabalhar com o a questão da inclusão escolar da mesma forma, na educação inclusiva, como assinalado neste escrito. Sabendo que ela [inclusão escolar] está integrada na organização escolar, dentro dos processos de ensino e requer, como tal, uma formação pertinente para o professor. Porém, ocorre o questionamento sobre esta formação docente, ou seja, se ela possibilita o recém-formado a agir, nas suas práticas pedagógicas, de uma maneira que se obtenha o êxito de cumprir com o processo de ensino aprendizagem a todos os alunos em meio às diversidades de cada sujeito?



Essa questão leva à reflexão ao que se refere o aprendizado do acadêmico durante o seu curso de licenciatura. Compreendemos que nem tudo é possível aprender durante a formação inicial, carecendo da formação continuada, mas, sabendo que a inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva faz parte de todas as fases de aprendizagens dos educandos, poderia haver o fortalecimento e engajamento com as práticas da educação Inclusiva nos cursos de licenciatura, com acesso mais específico no que cerne os conhecimentos relacionados à modalidade do ensino inclusivo, visto que a questão da inclusão escolar é um dos temas, como já referenciado, que mais causam angústias e desafios, principalmente, aos docentes recém formados.

Com relação a uma formação mais específica relacionada a inclusão dentro dos cursos de licenciatura, “A formação é um dos contextos de socialização que possibilita ao professor reconhecer-se como um profissional, construindo-se a partir das suas relações com os saberes e com o exercício da docência” (FARIAS, 2009, p. 66).

Porém, movimentos que levem a atrelar os conteúdos (teoria) às práticas – estágios supervisionados, podem fazer com que seja melhor compreendidos os conhecimentos e práticas em relação à educação inclusiva, pelo futuro professor, já na sua formação inicial.

Partindo dessa premissa, mesmo em meio a algumas lacunas, a inclusão vem de fato se fortalecendo após 2008, com a Política de educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva.

Os saberes docentes adquiridos na formação inicial, frisados aqui por meio de Tardif como: “o conjunto dos saberes profissionais transmitidos pelas instituições de formação dos professores (escolas normais ou faculdades de ciências da educação)” (TARDIF, 1991, p. 219), são importantíssimos para o constituir-se e para o fazer docente durante a sua prática, porém, uma formação mais acentuada nos conhecimentos, tal como, da educação inclusiva, pode tecer uma melhor compreensão e assimilação do fazer a aula e, também, ser substancial quando o docente estiver atuando como profissional formado na sala de aula.



O educador estuda os outros, a si mesmo, a sua prática, a sua realidade. O educador estuda a teoria dos outros construindo, produzindo a sua. O ato de estudar-refletir faz parte do cotidiano do educador porque a pesquisa move a construção do conhecimento no ensinar, no educar. O instrumental que disciplina sua prática de pesquisa, de estudo, é a observação e a reflexão. (FREIRE, 1996, p. 54).

Para Mantoan (2018) há uma “luz” quando elucida que não é preciso uma formação especializada para que o professor regente, por exemplo, da sala de aula, consiga atender o aluno incluso.

Um planejamento docente deve considerar as diversidades da sala de aula e incluir diferentes possibilidades metodológicas, diferentes materiais didáticos, como também uma organização espacial que possa atender as diferentes carências dos alunos. E, nesta perspectiva, o professor terá que levar em conta as particularidades de cada aluno, fazendo articulações durante o processo de ensino/aprendizagem que conduzam esses estudantes a uma melhor clareza na aquisição dos conhecimentos durante práticas pedagógicas, devendo ser essas envolventes e significativas.

O aluno precisa construir e reconstruir conhecimento a partir do que faz. Para isso o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um “lecionador” para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem. (GADOTTI, 2003, p. 16).

Portanto, a prática docente precisa estar envolta a um planejamento, uma sistematização para a organização da aula, que permitam a interação, não só o estudante da inclusão, mas, todos os alunos participantes do processo de ensino aprendizagem dentro da sala de aula. Tais ações, são aprendidas pelo docente enquanto processo formativo, mas, que só se garante em sua prática diária no espaço escolar.

A flexibilização e o trabalho colaborativo fazem parte do planejamento da aula, dado que, ao se trabalhar com pessoas, as ações podem ocorrer de maneiras diferentes do pretendido, já que cada sujeito tem um modo de pensar, agir e aprender e, mesmo dentro de um movimento coletivo, o todo vai depender da ação e participação de si e



do outro para o seu aprender. O essencial para o planejamento da ação pedagógica, é que o professor precisa conhecer e articular seu trabalho ao planejamento escolar e educacional (FARIAS, 2009, p. 103).

Em relação aos estudantes público-alvo da educação especial, o professor pode, por exemplo, fazer diferentes organizações nos espaços físicos da sala de aula, que atenda tanto aos alunos com necessidades físicas e que precisam de um espaço maior para locomoção, quando fazem o uso de cadeira de rodas ou o uso de muletas, mas também facilitando para aquele aluno que tem uma deficiência visual, auditiva ou intelectual e que precisa ficar mais próximo do professor e/ou do quadro de giz, para melhor assimilação do que está sendo trabalhado no momento da aula, com um contato de mais proximidade.

Salientando aqui que a verdadeira inclusão escolar não é muito fácil, mas também não é impossível, sabendo que: “A inclusão traz consigo o desafio de não só acolhermos os alunos com deficiência, mas de garantirmos condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar”. (BERSCH, 2008, p. 132).

Compreendendo que a implementação deste modelo de educação não é simples, como já visto, necessita do envolvimento de diversos movimentos, externos e internos à escola, por meio de leis acessíveis e fundamentais para uma eficaz efetivação da educação inclusiva a todos. Portanto, esse debate deve ser contínuo, bem como a formação de professores deve sempre estar alicerçada nas práticas do ensino inclusivo, independente da disciplina, conteúdo ou forma a articulação deve se fazer presente em todo processo de ensino.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta escrita procurou elementar o tema da inclusão escolar e Educação Inclusiva no ensino regular da Educação Básica nacional, visando o atendimento de todo o corpo os sujeitos, respeitando as diferenças dentro dos diferentes. Uma vez que: “diferença



é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos” (MANTOAN, 2009, p. 31).

Interpreta-se que a inclusão escolar não deve ser entendida somente como o atendimento exclusivo dos alunos com algum tipo de necessidade especial, inserido no contexto do ensino regular, mas sim, um atendimento de todos os alunos, em meio às suas especificidades e, assim, o recebimento do público-alvo da Educação Especial na escola regular se configura na inclusão escolar e o seu processo de ensino e aprendizagem se concretiza na perspectiva da educação inclusiva.

Em meio às diversas transformações, modificações da sociedade, compreende-se que a inclusão social é um movimento em que a sociedade junto dos sujeitos excluídos, procuram meios de atender a essa questão, a inclusão, para propiciar igualdades de ensejos a todos os sujeitos. Tais modificações que ainda vem se moldando para atender, de forma integral, a todos os sujeitos da sociedade, fazem parte, em especial, a atender àqueles que, durante muito tempo, foram eximidos de poderem usufruir de direitos e benfeitorias que a sociedade em geral participa, com os negros, os indígenas, as mulheres, os pobres, as pessoas com algum tipo de deficiências, etc.; levando estes, nos dias de hoje, poderem conviver e participar de forma igualitária e com equidade de acesso e permanência.

A formação inicial e depois continuada do professor é a um dos aportes que farão com que sua atuação se concretize baseada em diversos estudos e conhecimentos adquiridos para concepção da inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2019.



BRASIL. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Volume 1. Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência**: utopia ou possibilidade? Editora Paulus, São Paulo, 2006.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado**: conceitos que apoiam a inclusão escolar de alunos com deficiência. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FARIAS, I. M. S. de. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília, 2009.

FREIRE, M. **O registro e a reflexão do educador**: Observação, registro, reflexão. Instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, v. 25, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão, diferença e deficiência**: sentidos, deslocamentos, proposições. *Inclusão Social*, v. 10, n. 2, 2017.

NADAL, B. G. Possibilidades para a formação de professores prático-reflexivos através de iniciativas de formação contínua: espaços de interação. **Formação de professores: escolas, práticas e saberes. Ponta Grossa: UEPG**, p. 123-158, 2005.

OLIVEIRA, J. A. R de. **Inclusão**: um olhar acerca da realidade escolar. Anais III CINTEDI... Campina Grande: **Realize Editora**, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SFORNI, M. S de F. Interação entre didática e teoria histórico-cultural. **Educação & Realidade**, v. 40, p. 375-397, 2015.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. **Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente**. Teoria e educação, Porto Alegre, 1991, nº 4. p. 215 – 233.

VERÍSSIMO, H. **Inclusão**: a educação da pessoa com necessidades educativas especiais-velhos e novos paradigmas. Benjamin Constant, n. 18, 2001.



Enviado: Outubro, 2022.

Aprovado: Outubro, 2022.

¹ Mestranda em Educação pela UEPG; Especialista em Educação Especial; Licenciada em Geografia, Artes Visuais e Pedagogia. ORCID: 0000-0002-9444-0642

² Mestranda em Educação pela UEPG; Licenciatura em Pedagogia pela UEPG. ORCID: 0000-00015104-8096

³ Doutora em Educação pela UNICAMP; Mestre em Educação pela UEPG; Graduação em Pedagogia pela UEPG. ORCID: 0000-0003-3092-9817